

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Scaldaferri Moreira, Luiz Guilherme
Os múltiplos olhares sobre a história militar
História Unisinos, vol. 16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 271-282
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866796002>

Os múltiplos olhares sobre a história militar¹

Multiple views on military history

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira²

lgmoreira@ig.com.br

Resumo. Ultimamente, tem havido no Brasil um incremento considerável nas investigações atinentes à história militar. Importantes pesquisadores e centros de referência acadêmica têm elaborado trabalhos, dissertações e teses nesse campo do saber. O próprio mercado editorial também tem mostrado bastante interesse na área. De tal forma que muitos historiadores têm cunhado um novo campo de conhecimento denominado *Nova História Militar* que se opõe à *História Militar*. Destarte, este texto se propõe a discutir até que ponto esta *Nova História Militar* é realmente nova, como estes dois campos se constituíram e como se apresentam hoje, e como a disciplina História pode colher bons frutos ao se aproximar deles.

Palavras-chave: história, história militar, metodologia da história.

Abstract: Recently *Military History* studies have received considerable contributions from Brazilian researchers with the production of several academic papers. Even the publishing market has shown great interest in the area. As a result, the concept of *New Military History* arises among historians, in opposition to the first notion. Therefore, this article presents a discussion of the new concept's legitimacy, an analysis of both concepts' trajectory, and the benefits for History, as a discipline, approaching them.

Key words: History, Military History, History methodology.

A história militar é um dos gêneros mais antigos da historiografia, iniciando-se com Heródoto e Tucídides, e apresentava uma dupla preocupação. Primeiro, pretendia refletir sobre a técnica da arte militar. Segundo, interessava-se pelo fato glorioso e o seu significado, o que a aproximava da história mais ampla. O tempo era visto como linear, irreversível e pela sucessão dos eventos. O sujeito histórico era individual, o *herói*, o homem do Estado, o chefe militar. É certo, como aponta López (1992, p. 215), que estes historiadores clássicos não eram historiadores militares, embora tratassesem do tema. Entretanto, já havia uma literatura militar especializada.

Mas a história militar começou a tomar forma como campo autônomo no século XIX, quando também estavam em voga os movimentos nacionalistas.³ A disciplina era utilizada para legitimar o Estado nacional, reforçar e construir sua

¹ Essa pesquisa conta com apoio da CAPES.

² Professor da Universidade Veiga de Almeida. Doutorando em história (UFF). Agradeço ao professor Ronald Raminelli (UFF) e ao doutorando (PPGHIS/UFRJ) Marcello Loureiro pela ajuda.

³ Soares e Vainfas não partilham desta ideia. Para estes autores, a história militar no século XIX já havia sido deixada em segundo plano (2011, p. 117-118).

identidade, servindo muitas vezes como mitos fundadores da nacionalidade (Teixeira, 1991, p. 56).

A história militar foi negligenciada, sobretudo, a partir da década de 1950, não só porque não conseguiu se libertar desta função patriótica e legitimadora que possuía e pela incapacidade de fornecer mecanismos para a compreensão da realidade⁴, mas também por conta da prevalência contundente dos diversos estruturalismos (Dosse, 2007; Cardoso e Vainfas, 2011, p. 6-8). Acreditamos que esta negligência provinha de preocupações dos historiadores militares e dos civis. Porém, para entendê-la, é necessário voltar ao século XIX; vejamos.

O militar prussiano Karl von Clausewitz escreveu, na década de 1830, o livro mais famoso sobre a guerra, *Da guerra*, sendo considerado o pai da historiografia militar (Keegan, 2006, p. 18). O autor estava preocupado com a formação e consolidação do Estado e seus corolários: “soberania absoluta, diplomacia ordenada e tratados legais” (Keegan, 2006, p. 20). Ao mesmo tempo, pensava na normatização da guerra, com convenções estabelecidas, numa tentativa de torná-la civilizada. Destarte, não era possível a guerra

sem início ou final, [...] endêmica de povos sem Estado, ou mesmo em estágio pré-estatal, nos quais não havia distinção entre portadores, legais ou ilegais de armas, uma vez que todos os homens eram guerreiros; uma forma de guerra que prevalecera durante longo período da história da humanidade e que ainda sobrevivia nas margens dos Estados civilizados e, com efeito, eraposta a serviço desse Estado mediante a prática comum de recrutar seus praticantes como soldados irregulares de cavalaria ou infantaria (Keegan, 2006, p. 21).

Clausewitz fora educado dentro dos quadros dos Regimentos da Infantaria Prussiana, que eram vistos como *escolas da nação*. Eram modelos de *perfeição social* num momento em que os soldados se tornavam distantes dos grotescos e desordeiros aldeões, embora, em termos de origem social, estes mesmos Regimentos estivessem repletos destas figuras. Havia um processo de diferenciação que acabava por isolar os ex-aldeões, agora soldados, da sociedade, criando assim normas e disciplinas próprias (Keegan, 2006, p. 34 e ss.). Se, por um lado, o isolamento era bem visto pelos militares que podiam se constituir em um grupo mais qualificado, por outro lado, o restante da sociedade, que aos poucos ia sendo definida como *civil*, também apoiava esta segregação, posto que o homem, após o início da era cristã, começou a acreditar que o porte legal de armas deveria ser feito por meio de um “código

rigoroso de justiça militar e dentro de um *corpus* de leis humanitárias” (Keegan, 2006, p. 20).

Nascia a ideia de que, assim como o isolamento dos militares da sociedade e suas qualidades positivas, a história militar deveria ser apartada da história geral, muito embora tanto os militares como a história militar voltassem à sociedade mais ampla, uma vez que serviam como heróis nacionais daqueles Estados que surgiam, de modo que ambos, militares/heróis e Estado, beiravam a sacralidade.

É interessante notar que, embora a historiografia militar tenha renovado e reinterpretado seus heróis, eles continuavam a existir. Foi somente quando os grandes modelos explicativos começaram a ruir e com eles a crença da possibilidade da existência de sociedades mais justas é que eles deixaram de ter o prestígio que até então detinham. Este fato também está relacionado à desvalorização de um nacionalismo que se ligava ao fanatismo e, ao mesmo tempo, à própria desmistificação que o militar tem hoje em nossas sociedades. Nesse sentido, os militares e a historiografia militar tiveram que se aproximar da sociedade civil, o que fatalmente se refletiu na escrita que elabora sobre a história militar.

Depois que vimos por que a história militar acabou se isolando, podemos voltar a observar a década de 1950 e, em especial, para a historiografia francesa e o seu olhar estrutural, pensado, dentre outros, por Braudel (1998), Chaunu (1980) e Goubert (1968). Em decorrência, eram recorrentes os estudos de história econômica, baseados nas análises de longa duração e sustentados por ampla documentação quantitativa e serial.

A origem desse esquecimento da história militar, em grande medida, está nos *Annales*. Sem dúvida, as contribuições e advertências daquele grupo registraram indeléveis marcas nos modos de produção do conhecimento histórico (Burke, 2002; Dosse, 2007). Graças aos *Annales*, buscou-se uma *história total*, em detrimento de uma história anterior, sobremaneira política ou militar, pautada em grandes personagens e batalhas; as fontes passaram a ser examinadas sob nova ótica, não se reduzindo a documentos oficiais; além disso, a investigação científica deveria formular questões ao passado, precedidas por hipóteses que inexoravelmente estavam vinculadas aos problemas contemporâneos ao historiador. A consciência acerca da possibilidade de o presente interferir na compreensão do passado fez com que muitos se dedicassem a analisar o que se chamou de *operação historiográfica* (Certeau, 2008).

Por outro lado, a busca de uma *história total*, por parte dos *Annales*, fez com que a história militar fosse marginalizada sob a crítica de ser uma história factualista,

⁴ Embora a sociologia, a ciência política e as relações internacionais nunca tenham perdido o interesse pelo tema (Teixeira, 1991, p. 57 e ss.).

que não relacionava a dimensão militar da sociedade com seus aspectos mais amplos. Soares e Vainfas, de forma um tanto enfática e metafórica, sublinharam que: “No caso daquela historiografia francesa, a história militar foi reduzida a pó” (2011, p. 119).

Contudo, desde os anos 1970, em razão das aproximações que a história estabeleceu principalmente com a teoria social e com a antropologia, novos objetos, métodos e abordagens temáticas têm sido aplicados à historiografia em geral.

Entretanto López (1992) destacou que na França, no período entreguerras, apesar deste afastamento acadêmico, houve quem produzisse história militar, tendo os *Annales* como referência. Neste sentido, Corvisier (1973), preocupado em abordar o exército francês nos seiscentos, trabalhou com fontes seriais oriundas da abertura dos arquivos militares daquele país, com um olhar orientado pelas *mentalidades*.⁵

Chaunu, ao prefaciar um dos livros de Corvisier, que fora encomendado pelo próprio prefaciador, destacou as inovações trazidas pelo autor. Assim, teria renovado profundamente a história da batalha e sua forma. Igualmente, preocupou-se em estabelecer uma ponte entre os dois mundos, dos militares e da sociedade.

Corvisier destacou que aproximadamente um século atrás o estudo da história da guerra fora relegado a segundo plano, já que não conseguia, na visão dos militares, responder as necessidades que se apresentavam. O tempo histórico se acelerava cada vez mais, e novas questões se colocavam com uma rapidez assustadora. Assim, as conclusões das pesquisas, por demorarem a ser elaboradas, não conseguiam acompanhar as suas demandas e, por isso, acabavam não sendo consultadas. Destarte, no “curso de história militar, na Escola de Guerra de Paris, o estudo da história da guerra quase não era levado em consideração na década de 1950” (Corvisier, 1999, p. 20).

A esquizofrenia, no campo acadêmico, chegou a tal ponto que, em 1973, na Sorbonne, foi realizado um Seminário sobre Napoleão no qual a guerra não foi abordada sob nenhum aspecto, mesmo sendo desnecessário lembrar que “na realidade, nenhuma das obras [...] de Napoleão foi empreendida [...] sem que a guerra estivesse sempre presente” (Corvisier, 1999, p. 21).

Entretanto, nesta década, a “ampliação das reflexões históricas a longo prazo” feita pelos *Annales* possibilitou à historiografia olhar para outros campos, dentre os quais a historiografia militar. Isso permitiu, inclusive ao principal representante da *escola*, agora na sua segunda geração, Braudel, desenvolver, em 1984, um seminário que abordava a guerra e a economia (Burke, 1991). Assim,

reconhecia-se a “importância do fato militar por parte de um historiador que havia denunciado a história-batalha” (Corvisier, 1999, p. 20, 24). Dito isso, acreditamos que a afirmação de Soares e Vainfas de que “[n]o caso daquela historiografia francesa, a história militar foi reduzida a pó” (2011, p. 119) tenha que ser melhor explicada. Ao que parece, a produção histórica pode não ter tocado a história militar, não porque esta deixasse de ser importante e, por isso, descartada, mas porque acabou sendo preterida por outros motivos, talvez fruto das críticas que lhe foram feitas como sinônimo de uma história-batalha, oriundas, mormente da primeira geração dos *Annales*.

Contudo, é interessante notar que na França, segundo Corvisier, a volta da história militar não deve ser creditada à falência da história estruturalista, que focava sua atenção na longa duração. Talvez por conta do próprio autor se filiar a este tipo de história. Mas também pelo fato de que, devido ao processo de aceleração da história, os acontecimentos passaram a ter outras cores, o que motivou o interesse pela análise das “tomadas de decisão” e “a análise das situações” em detrimento das empreendidas pela análise estrutural (Corvisier, 1999, p. 20-21).

Mas igualmente a renovação também se deu por aproximação com a sociologia. Na Inglaterra, Keegan, por exemplo, trouxe grandes contribuições ao estudo da história da guerra, em sentido estrito, construindo um modelo de uma nova história militar. Introduziu na guerra os métodos da sociologia militar analisando não só a experiência do combate, mas também o comportamento psicosociológico do combatente. Nos Estados Unidos, William McNeill trabalhou com um “modelo braudeliano cuja infraestrutura é a guerra”, concluindo que, “mais que os meios de produção ou a vida material, são aquilo que chamou de complexos políticos-militares o factor de mudança histórica”. Na Itália, os estudos foram renovados por uma aproximação com a história política, por meio da revisão da obra de Clausewitz (Teixeira, 1991, p. 64 e ss.).

A história social também se transformou muito, em especial devido à influência de Simmel (2006, 2011) e Elias (1994). Antes disso, durante décadas, o conceito estrutural de *classe* fez com que os historiadores e sociólogos praticamente ignorassem os sujeitos sociais. Conceitos-chave como *papel social*, *status*, *mobilidade*, *dinâmica* e *interação social* e *estratégia* ampliaram o espectro das pesquisas, na medida em que trouxeram novas questões, novos instrumentos analíticos e novas reflexões para os historiadores a partir de outras categorias (Burke, 2002). É desnecessário mencionar o esforço da microanálise italiana no sentido de, por meio da redução da escala, buscar compreender as relações entre os indivíduos e as estruturas (Lima, 2006).

⁵ A respeito da *história das mentalidades*, ver Cardoso e Vainfas (1997).

Segundo Cardoso, isso é fruto da circunstância de que hoje a produção historiográfica procura “um equilíbrio, uma integração harmoniosa entre determinação social e autonomia de consciência” (2011, p. 16).

Acreditamos que todos estes elementos têm contribuído de algum modo para a retomada da história militar e que igualmente estão ligados à própria dinâmica e fluidez da escrita da disciplina. Nesse sentido, algo que surge neste contexto e que foi apontado por Stone (1979) seria a *volta da narrativa*, que para López seria a grande responsável pelos olhares se direcionarem novamente a este campo de conhecimento. Stone sublinhou que ultimamente haveria, entre outras, uma preocupação em analisar as relações de poder, e com ela a própria política seria recolocada no palco (López, 1992, p. 228).

Nesse quadro de renovação historiográfica, percebe-se também uma discussão profunda nos modos de compreensão e produção da história militar.⁶ Atualmente, alguns autores chegam a falar de uma *Nova História Militar* (Hespanha, 2004; Castro et al., 2004) e acabam por circunscrever a história militar tradicional, que estão a combater, aos aspectos castrenses, o que não corresponderia à verdade. De modo que temos que prestar atenção ao alerta dado por Soares e Vainfas de que “entre o novo e o velho [...] há muitas continuidades que as propostas de inovação preferem ocultar ou minorar” (2011, p. 113-115). Mas este não é um problema exclusivo dos historiadores militares. Burke, ao comentar o “quanto é nova a nova história”, afirmou que “o que é novo não é a sua existência, mas o fato de seus profissionais serem agora extremamente numerosos e se recusarem a ser marginalizados” (1991, p. 19).

Nesse sentido, pensar como os historiadores norte-americanos estão trabalhando com o tema de forma rica e sistemática pode ser interessante, posto que criaram o termo *Nova História Militar* (Paret, 1993). Weigley (1981) pontuou que dentro das instituições militares norte-americanas a abordagem da história militar tem mudado, embora ainda de forma discreta e tímida, já que há uma aproximação maior entre historiadores civis e militares, embora em perspectivas diferentes.⁷

Para civis, uma aproximação no aspecto bélico permite entender melhor a sociedade de forma mais ampla. Para militares, preocupados com o seu ofício, que é se preparar para a guerra, a história e a cultura passam a ser mais um dos elementos a serem levados em consideração no planejamento das batalhas. Este olhar surgiu com o desdobramento da Guerra do Vietnã (1965-1975), na

qual a supremacia tecnológica e bélica norte-americana foi incapaz de vencer os vietcongues.

Vale ressaltar que os historiadores militares e os civis, participantes da coletânea citada, pontuam a necessidade de estudar a história militar através da interdisciplinariedade. A questão chegou ao Brasil. Porém, para as nossas academias castrenses haveria, por parte dos historiadores militares, uma falta de conhecimento das fontes militares e *civis*, o que impossibilitava uma abordagem científica da disciplina (Weigley, 1981, p. 9).

Entretanto, Weigley (1981) chamou a atenção para outras diferenças entre os militares e civis. Para aqueles, a história ensinaria lições que deveriam ser levadas em consideração na hora de se delimitar as estratégias e as ações. Para estes, não existia esta ambição. Porém, dentro das escolas militares haveria duas tradições concorrentes, uma alemã/prussiana, a mais famosa, cujo principal representante é Clausewitz, e outra, francesa, com o seu autor mais importante sendo o Barão de Jomini (Antoine Henri), ambos contemporâneos e vivendo no século XIX.

A escola alemã preocupava-se muito com a estratégia e para tal a história era fundamental, posto que servia de laboratório para futuros militares. Entretanto, não era uma experiência total, já que nem sempre as condições das batalhas se repetiam. Havia também o problema de que, por vezes, as lições aprendidas confundiam mais do que orientavam, mormente por conta da preocupação em buscar lições morais. Logo, o uso da filosofia tornou-se constante, em especial as ideias propostas por Clausewitz. Este tinha a intenção de capturar os aspectos morais e psicológicos da guerra. Isso acabou por produzir reflexões ambíguas e mutáveis, o que levou os militares, preocupados na praticidade e na utilidade destas lições, a colocá-las em segundo plano ou abandoná-las. Deste modo, voltavam-se para a obra de Jomini, que propunha regras gerais, o que se devia e não se devia fazer. A obra deste militar era mais didática e, mais ainda, tornava o teatro da guerra mais científico, posto que aplicável. Esta tradição foi trazida para o exército norte-americano.

É interessante notar como as obras de Jomini e Clausewitz são lidas de forma completamente diferentes pelos historiadores militares e pelos historiadores civis. Weigley (1981) apresenta os dois autores em polos completamente diferentes e reduz as propostas de Jomini, enquanto López (1992) insere Clausewitz como seguidor de Jomini e mostra como este propõe três formas diferentes de lidar com a história militar. Para López (1992), seriam: (i) relatar analiticamente a batalha por meio da descrição; (ii)

⁶ López (1992, p. 226-231) mostra diversas propostas de aproximação com a história militar, sobretudo por analistas anglo-saxões, como por exemplo, a de John Keegan, Walter Kaegi, Allan Millet e Peter Paret. Optamos por pegar as características que lhes são comuns, que remetem a crítica a uma história militar tradicional.

⁷ Marco desta virada foi o curso *Novas dimensões da história militar* oferecido no ano letivo de 1973/1974 para os militares norte-americanos, que contou com profissionais civis e militares, que acabou por gerar a obra (Weigley, 1981).

investigar a batalha enfatizando os aspectos particulares que formulariam regras/normas gerais que seriam aplicáveis em outras batalhas, o que ficou conhecido como a *arte de guerra*; (iii) de modo mais amplo, associando os fatos militares com os políticos, econômicos e sociais. Graças a Clausewitz, a segunda proposta foi amplamente aceita, sobretudo nas escolas militares de origem alemã, enquanto que na França e na Inglaterra, num outro contexto, já com a paz após 1815 devido ao fim das Guerras Napoleônicas, aos poucos o tema foi esquecido. Neste ínterim, a aristocracia militar perdia espaço para a burguesia comercial e industrial (López, 1992, p. 216 e ss.).

Segundo Keegan, Clausewitz não tem culpa por não considerar a cultura em suas análises. Em sua época, não havia quem pudesse lhe fornecer o embasamento para tal. Portanto, o militar prussiano não conseguiu entender o comportamento dos cossacos russos, quando em 1812 o exército de Napoleão invadiu a Rússia. Clausewitz lutou ao lado dos russos e viu quando incendiaram os seus campos e cidades para impedir a permanência dos franceses em seu território. O cenário era de total desolação. Não só por conta da destruição que o fogo causava, mas por conta dos atos perpetrados pelos cossacos contra os próprios russos. Isso o levou a chamá-los de carniceiros, porque entre outras coisas não se enquadravam numa *guerra civilizada*, cujas premissas primavam pela disciplina, ordem e normatização (Keegan, 2006, p. 29).

O livro de Clausewitz passou a ser conhecido depois de sua morte, nos anos de 1870, na Prússia. O contexto era de unificação daquele Estado, que se tornaria a Alemanha. Naquele momento, os prussianos ganhavam duas batalhas importantes, uma contra o Império Austríaco e outra contra a França. Na oportunidade, o chefe do Estado-Maior da Prússia, Helmuth von Moltke, afirmava que os ensinamentos de Clausewitz teriam sido capitais para aquelas empreitadas, sobretudo no que diz respeito aos exércitos que compunham os Regimentos, que deveriam ser

recrutados entre os melhores jovens do país [...] que viam nos seus dias de serviço militar o rito de passagem que os transformará em homens. Esse rito de passagem tornou-se uma importante forma cultural na vida europeia, uma experiência comum a quase todos os jovens europeus do sexo masculino e, por sua universalidade, sua pronta aceitação pelos eleitorados como uma norma social e sua inescapável militarização da sociedade, viria a se constituir em mais uma confirmação do dito de Clausewitz de que a guerra era uma continuação da atividade política. Se os povos votavam a favor da conscrição ou concordavam com leis de recrutamento militar, como se poderia negar que a guerra e a política pertenciam de fato ao mesmo continuum? (Keegan, 2006, p. 42).

Mas voltemos ao modo como os militares norte-americanos lidavam com a história militar, apresentado por Weigley (1981). Com o crescente desenvolvimento tecnológico da indústria bélica, sobretudo, após o fim da 2ª Guerra Mundial (1945), gradativamente, as escolas militares iam abandonando a história para dar mais espaço às ciências duras, como a matemática e a física. Isto sem falar no aprimoramento dos cada vez mais potentes computadores, com seus sistemas e jogos de guerras. A história foi literalmente deixada de lado, e se passou a acreditar que a vitória no campo de batalha pertenceria a quem tivesse a melhor tecnologia. Isso chegou a contagiar os próprios historiadores. Neste momento, vivia-se a intervenção norte-americana no Vietnã, quando se começou a repensar este modelo devido ao fracasso desta ação.

Reflexo deste novo interesse pela história foi o surgimento de um comitê de história militar, criado pelo exército norte-americano, em 1971, que acabou por recomendar a instalação de um Centro de História Militar. Este mesmo comitê percebeu que, nas universidades civis, o estudo da história militar havia tido um grande destaque, o que o levou a propor um intercâmbio entre os historiadores. Apesar desta aproximação, segundo Weigley, alguns profissionais da guerra ainda olhavam a história com certa prudência, pois ainda possuíam a ideia de que deveria ensinar lições, ser prática e aplicável, tal como uma das formas apresentadas por Jomini. Logo acabaram frustrados porque os historiadores civis eram e são incapazes de mostrar as lições da história, entendidas como modelos a serem seguidos. A história é capaz, sim, segundo o autor, já que trabalha com experiências passadas, de dar algum direcionamento às atitudes e ações que podem ser concebidas no presente, embora, muitas vezes, e com certa constância, possa ser mal interpretada. Em suma, pode orientar as estratégias, mas não condicioná-las (Weigley, 1981, p. 25).

Contudo, esta volta à história deve ser relativizada e vista com cuidado. Que tipo de história estes militares estão resgatando? A *tradicional* ou a *nova*? Aproximam-se dos novos historiadores militares?

Na medida em que os militares utilizam a história para traçar suas estratégias, passam a se preocupar com os conflitos. Isso não ocorreu com os historiadores civis que retornaram à história militar, que dizem fazer uma *Nova História Militar*, uma vez que, devido às novas abordagens, colocam em segundo plano ou simplesmente descartam as batalhas e as campanhas, ou seja, os próprios conflitos, porque abominariam a *história batalha*, concentrando-se nas relações entre a instituição militar e a sociedade civil. E aqui há um grande problema.

Se se descartam as batalhas, as campanhas, os conflitos, as organizações militares perdem sua função, sua razão de ser. Passa a ser produzida uma análise que

não leva em conta a finalidade pela qual a instituição foi criada e na qual está inserida, mesmo que os conflitos não sejam reais, mas estejam implícitos e possam, segundo os corpos militares e toda a mentalidade que os cercam, ocorrer a qualquer momento. De igual modo, as análises da *Nova História Militar* deixam de lado características fundamentais para as instituições castrenses, como as táticas e estratégias utilizadas pelos militares, que norteiam suas ações e modo como se situam no mundo. É interessante notar que Wingley (1981), apesar de mostrar que há uma aproximação dos dois tipos de historiadores aqui apresentados, não conclui se devem compartilhar da mesma visão de história militar, deixando a questão em aberto.

Não é o que faz Luvaas (1981). Até porque para esse autor, apesar da história ter começado como história militar, no período clássico, aos poucos foi se especializando e se tornou uma área quase exclusiva dos militares. Assim historiadores civis que se atêm a este objeto não são bem vistos por seus colegas de ofício. Por outro lado, dentro das instituições militares, há cada vez menos interesse por esse tipo de saber. Portanto, uma visão completamente diferente da de Weigley (1981).⁸

O único ponto comum aos dois autores, Weigley e Luvaas, é a crença de que os militares utilizam a história para tirar lições. Sobretudo, porque partem da perspectiva de que a natureza humana é universal. Concepção inaugurada por Tucídides, que “alerta[va]-nos ainda que não há nada de novo” (Luvaas, 1981, p. 42) na definição das estratégias e, que ela, a história, deveria se constituir “em uma lição objetiva em benefício das gerações futuras” (Luvaas, 1981, p. 41). E aí residiria a questão apontada pelo autor.⁹ A possibilidade de a história ser manipulada para um uso específico.

Em outras palavras, o grande problema em se tirar lições da história é que se acaba por adotar alguma estratégia já utilizada outrora porque se acredita que as situações se repetiriam; ou se vai à história para elaborar uma comprovação de alguma teoria previamente formulada, que não teria sido construída na análise dos dados e fatos históricos. Esta questão está relacionada ao que Certeau (2008) chamou de *operação historiográfica*, mais precisamente no seu *lugar social de fala*.

Isso quer dizer que a história produzida pelos meios militares não são só histórias oficiais, em geral, distorcidas

“por orgulhos nacionalistas exagerados, por um entusiasmo excessivo ou por preconceitos acentuados” (Luvaas, 1981, p. 54), mas também desenhadas por soldados, que em algum momento pegaram em armas, receberam um treinamento específico, etc., e que levam todos esses elementos para a sua escrita. Por outro lado, os historiadores civis não recebem tais ensinamentos. Igualmente, não possuem as “dimensões psicológicas da batalha”, não conhecem os dados técnicos dos armamentos (Luvaas, 1981, p. 54). Esta parece ser também a ideia de Keegan, já que acredita que os soldados e as guerras, embora influenciados por questões outras, como a economia, diplomacia, pertencem a um mundo à parte, com habilidades e valores próprios. Assim, há uma distância natural do mundo civil do militar (Keegan, 2006, p. 16).¹⁰ Portanto, a produção histórica, havendo ou não aproximação entre os diversos historiadores, não pode ser a mesma, posto que sua natureza é diferente.

Para os historiadores civis, a história militar deve permitir “uma compreensão atualizada do passado e, consequentemente, de um melhor entendimento do presente”. Ainda mais porque, no mundo em que o autor está formulando suas ideias, as questões militares continuam importantes, e grande parte dos seus problemas estão relacionados a elas.¹¹ Também deve servir para que a sociedade civil seja capaz de compreender seu passado e avaliar o que é escrito pelos órgãos oficiais, entender como as ideias são produzidas e desconstruí-las, buscando assim um diálogo mais próximo ao social (Luvaas, 1981, p. 43, 55).¹²

Entretanto, López (1992) destacou que o uso da história militar para a compreensão do presente pode estar ligado às questões nacionalistas, tal como feito pelos historiadores militares tradicionais. Destarte, vale citar um caso bem explícito que mostra como uma abordagem, baseada na *Nova História Militar*, feita por civis, pode ter a mesma finalidade. O autor sublinhou que a historiografia catalã moderna tem produzido análises nesta perspectiva, sobretudo tendo como ponto principal os fatos ocorridos na chamada Revolta da Catalunha (1640). É desnecessário lembrar toda a problemática existente na Espanha na luta pela autonomia política da região, sendo estes acontecimentos centrais para a discussão. Assim, por exemplo, o referido autor¹³ mostra como a historiadora Serra (1991) fez uso da manipulação da história tal qual os historiadores

⁸ Particularmente não acreditamos nesta posição. Defendemos que tanto militares quanto civis têm procurado um novo olhar sobre a história militar, embora com finalidades diversas. E, de todo modo, ambos têm trocado experiências que, a nosso ver, são bastante interessantes, como veremos mais adiante. Contudo, as ideias aqui apresentadas de Luvaas são importantes para mostrar como estes diferentes objetivos na escrita da história se apresentam.

⁹ Antropólogos criticam os historiadores por naturalizarem determinadas facetas do comportamento humano, como se parte da motivação desse comportamento tivesse origem genética, ou pertencesse à natureza humana. Segundo o antropólogo Marshall Sahlins, a origem desse entendimento está em Tucídides. Este entendeu que os seres humanos são automotivados, substituindo assim *cultura* pela noção problemática de *natureza humana*. Sua visão praticamente coloca um animal e um homem no mesmo patamar. Tucídides, de fato, ignorou a cultura; para ele, os seres humanos têm motivações naturais e, portanto, idênticas, constantes e a-históricas (Sahlins, 2006).

¹⁰ No caso específico brasileiro, em alguns momentos houve uma relativa autonomia dos militares frente à sociedade (Castro et al., 2004, p. 12).

¹¹ Aqui o autor faz menção, sobretudo, à sociedade norte-americana, sem dúvida muito mais militarizada que a brasileira.

¹² Vale ressaltar que esta não é uma característica exclusiva deste campo da história, mas da disciplina como um todo como sublinhou Hobsbawm (1998).

¹³ Vale ressaltar que não é qualquer historiador que tece a crítica, mas um professor da Universidad Autónoma de Barcelona.

tradicionais. Serra defendeu a tese de que, nos séculos XVI e XVII, haveria um Estado catalão autônomo responsável pela administração e pelas questões militares. Isso foi criticado por outros historiadores, porque esta administração não teria o caráter moderno, e sua análise careceria, segundo López, de uma maior profundidade científica.¹⁴ Assim,

el uso y abuso de la historia militar en beneficio de unos determinados apriorismos ideológicos lo que conduce, a nuestro juicio, a un callejón sin salida para esta disciplina a menos que se valore su importancia intrínseca (López, 1992, p. 241).

Mancuso (2008) aprofundou um pouco mais esta questão e nos permite olhar a história militar, feita pelos profissionais da guerra, com outros olhos. A autora enfatizou que os problemas apontados para esse tipo de história também são pertinentes à produção historiográfica como um todo. Some-se a isso certa prepotência por parte dos historiadores civis, como veremos adiante, que têm certo receio de que seus escritos sejam utilizados para confirmar alguma teoria de cunho propagandístico. Este medo vem aos poucos desaparecendo no seio dos historiadores civis. Entretanto, nos diversos contextos acadêmicos nacionais, os ritmos serão diversos. Há países em que as guerras têm uma importância mais acentuada que em outros. Assim, a população e a própria Academia têm uma maior aproximação com as histórias militares e com suas instituições. Do mesmo modo que a produção histórica institucional, além de ser direcionada para os militares, também é lida pelos civis, embora isto não signifique dizer que os profissionais da guerra tenham tido maior participação nos rumos políticos dos respectivos Estados nacionais.

No Brasil, por exemplo, a questão se deu de forma inversa e, portanto, “a difundida percepção de ausência de ameaças externas fez com que a temática militar não ocupasse posição de destaque na academia”. Já a história política brasileira, por vezes, se confunde com a própria história castrense, como no recente caso da Ditadura Militar (1964-1985), o que também ocorre em outros países latino-americanos (Mancuso, 2008, p. 7). Logo, a aproximação dos historiadores civis e da própria sociedade é pautada pelos ressentimentos oriundos dos chamados *anos de chumbo*. Nesse sentido, Soares e Vainfas destacaram que, no meio acadêmico, os historiadores militares tinham que enfrentar o receio de seus colegas, posto que

eram tidos como comprometidos com o regime ditatorial, enquanto que pelos militares eram vistos como “amadores ou estranhos no ninho” (2011, p. 120). Para além destes problemas, segundo Mancuso (2008, p. 4), persiste a visão na academia de que a “guerra é uma alienação no processo histórico e que, consequentemente, seu estudo não é nem frutífero, nem decente”.¹⁵ Já no âmbito das Forças Armadas, Soares e Vainfas (2011) defendem que, há cerca de meio século, existe um desenvolvimento da pesquisa e do ensino da história militar, de forma a buscar uma especialização, em analisar e interpretar os fatos, para que sejam utilizados nos mais diversos níveis hierárquicos daquelas instituições. Assim, os cadetes e aspirantes fazem uso dela nas escolas preparatórias, e o alto comando militar a utiliza para planejamento estratégico.

Todavia, voltemos ao ponto central de Mancuso (2008). Para a autora, esta visão utilitarista e doutrinária da história pelos militares não lhes é exclusiva.¹⁶ E aí se dá a aproximação com a história cultural, da qual Certeau é um dos principais expoentes. Para o autor, todo o passado “é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje” (2008, p. 22). Assim, a produção da história oficial responderia à necessidade de construir um discurso no qual

enfatize a unidade militar a despeito dos conflitos internos, excluindo assim lutas de facções, aliados civis e abusos de força violentos, que fazem parte da história do Exército desde a sua constituição, ocultando muitas dessas experiências em favor das escolas, dos grandes oficiais, das ideologias dominantes e das missões externas (Mancuso, 2008, p. 11).

Não obstante a existência destas clivagens internas, o discurso da instituição deve inseri-la e lhe fornecer um lugar na história nacional, ao mesmo tempo não pode entrar em choque com a imagem interna da corporação que será usada para a formação de seus novos quadros. Portanto, deve ter uma dupla preocupação, satisfazer ao público geral (externo) e ao interno (pares). Esta não é uma especificidade dos historiadores militares. Ou será que os historiadores civis não estão preocupados em dialogar com seus colegas? Lição que Certeau (2008) já havia dado ao abordar o *lugar social de produção*. Esses agentes, os pares, seja de que natureza forem, não irão, mesmo que de forma indireta, dizer o que pode e o que não pode ser dito?

¹⁴ A respeito da inserção da Catalunha na Monarquia Católica, ver Elliott (2010).

¹⁵ Postura influenciada pelo olhar marxista. Segundo Soares e Vainfas (2011, p. 119), o marxismo em suas diversas versões (Marx e Engels; Lênin; Gramsci; Hobsbawm e; E.P. Thompson) não deu muita atenção ao estudo da história militar. O caso mais exemplar a que Mancuso faz referência está ligado à visão de Lênin de que a guerra, sobretudo a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), foi motivada por questões imperialistas.

¹⁶ Assim como todo o tipo de história oficial, entendida como o discurso produzido por qualquer instituição.

De modo que quem produz o discurso não tem que *satisfazer* as necessidades esperadas por seus semelhantes?

Mas, para além de serem descartados, como sugeriu Luvaas, estes estudos produzidos por uma tradicional história militar são obras historiográficas, ou melhor, fazem parte de algo mais amplo denominado de *cultura histórica*, que devem ser lidas como fontes históricas para análises historiográficas futuras, levando-se em consideração o *lugar social de produção*. A *história científica* não tem o monopólio do passado. Porém, a meu ver, e talvez explicitando meu *lugar de fala*, Luvaas (1981) estava correto; ela deve ser capaz de sinalizar ao grande público estas questões.

Contudo, em sua maioria, os historiadores que defendem a *Nova História Militar* censuram uma história militar considerada *tradicional*, cuja narrativa, sobremaneira memorialista, estava pautada exclusivamente na descrição densa de batalhas, sem a busca de uma problematização analítica ou reflexão central, e no culto aos grandes heróis (Castro et al., 2004, p. 23-26). Outra ponderação é a de que a historiografia militar tradicional naturalizava o comportamento humano e as instituições militares, tornando-os, em última instância, a-históricos. Isso ocorria, porque não havia interesse em se compreender o comportamento e as instituições militares em seus diversos contextos. Portanto, acusar-se-ia este campo do conhecimento de esquecer o outro lado, o social. Todavia, como já vimos, esta acusação também pode ser feita à *Nova História Militar*, como apontou Weigley (1981), que, por vezes, esquece os conflitos e as especificidades das instituições militares (Castro et al., 2004, p. 23-26).

Nesse debate, Sanches (2010) nos chama a atenção para a necessidade de construir um campo de investigação e, ao mesmo tempo, elaborar ferramentas teóricas e metodológicas que possam ser utilizadas. Portanto, se a *Nova História Militar* quer se constituir enquanto um campo autônomo, algumas observações devem ser feitas, sobretudo no campo da teoria, embora dois argumentos contrários devam ser trazidos à baila, para defender a importância do campo em relação à disciplina. Keegan, ao trabalhar com o objeto *guerra*, afirmou que há certos limites para a história militar: (i) a maior parte das terras no globo, por sua inospitalidade, não conheceu nenhuma batalha; (ii) mesmo dentro das áreas nas quais se pode desenvolver um teatro de guerra, há uma concentração em poucas delas, posto que é nelas que há melhores condições de se movimentar e manter as forças armadas, devido ao clima, à paisagem, etc. (Keegan, 2006, p. 101 e ss.). Assim, talvez o campo história militar pudesse perder prestígio dentro do campo disciplinar. No entanto, Teixeira afirmou que o conceito de *guerra total* criado após a 2ª Guerra Mundial (1939-45) introduzia a noção de que toda a sociedade estava envolvida na guerra e que esta acabava por afetar

e modificar todas as suas estruturas sociais. Passou a ser impossível ver a história militar somente pelo viés das campanhas militares e biografias dos chefes. Tornava-se necessário um novo modelo historiográfico (Teixeira, 1991, p. 64).

Neste sentido, Barros destacou que o primeiro passo a ser dado é o de que há a necessidade de possuir um “conjunto de práticas, concepções e objetos”, que devem ser abordados de forma singular. É isto que irá definir sua existência e o justificará perante aos outros campos. Entretanto, a sua definição é histórica, ou seja, está sempre sendo reconstruída, inclusive com a ajuda de elementos vindos de outros campos e outras disciplinas, por meio da interdisciplinaridade. Neste processo de construção há uma disputa territorial. É necessário que se mostre eficaz “diante de antigos e novos problemas que as disciplinas [e campos] tradicionais também já vêm enfrentando com seus próprios métodos e aportes teóricos” (Barros, 2011, p. 23). Mas, nunca esquecendo, como já sublinharam Soares e Vainfas (2011, p. 113-115), que “entre o novo e o velho [...] há muitas continuidades que as propostas de inovação preferem ocultar ou minorar”.

Ao mesmo tempo, o novo campo pode surgir do desdobramento de outros já existentes, de elementos dispersos de outras disciplinas e campos, da interconexão de campos e disciplinas diversas. É necessário que, em seu seio, surja uma linguagem comum que permita o diálogo entre os seus membros. Entretanto, apesar desta hiperespecialização, não pode se isolar dos demais, sendo vitais movimentos interdisciplinares, um constante repensar feito pelos seus membros; e transdisciplinar, com a introdução de questões trazidas de fora, para que seja possível o estabelecimento de uma “religação dos saberes” (Barros, 2011, p. 28). Estas trocas são benéficas para todos, posto que os enriquecem mutuamente.

Outro fator vital é a constituição de zonas de interdição. Estes espaços são estabelecidos pelos próprios agentes que partilham do campo, formando uma verdadeira rede humana. Muitas das vezes confundidas com redes institucionais, como visto para o caso dos historiadores militares e civis, e dentro das quais haverá toda uma gama de disputa de poderes que estão ligados ao seu próprio exercício (2011, p. 17-38).

Depois que é consolidado, passa a ser fundamental pensar em uma metodologia de pesquisa, na formulação de hipóteses, no uso e nas análises das fontes (Barros, 2011, p. 57-67).

Para a *Nova História Militar*, Sanches observou que devemos nos ater ao objeto que se pretende analisar (Sanches, 2010). O que importa para a nossa discussão aqui não são os aspectos relacionados ao universo militar (*guerra, recrutamento, etc.*), mas sim o modo como iremos

abordá-los e investigá-los. Logo, é visceral perceber que este universo não é singular, apartado da totalidade social (Sanches, 2010). As propostas do autor foram sumarizadas por Soares e Vainfas (2011, p. 113-114):

em 1º lugar, na adoção de uma perspectiva interdisciplinar [...]. Em 2º lugar, residem na relativização da guerra como objeto exclusivo da história militar, propondo novos objetos e abordagens. Em 3º lugar, [...] na rejeição da subordinação [...] à história política.

Os autores acrescentaram ainda a *antropologização*, como reflexo da *Nova História* originária do final dos anos 1960 (Soares e Vainfas, 2011, p. 114). Assim a *Nova História Militar* se distancia da *tradicional História Militar*.

Não parece possível compreender as relações entre homens, no tempo, desvincilhando-se da dinâmica social em que estão inseridos e que atualizam a partir de suas ações (Bloch, 2002). Especificamente para a *Nova História Militar*, não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a sua natureza não estivesse pautada em sujeitos sociais.

Aprofundando ainda mais a formação da *Nova História Militar*, Wehling (2001, p. 35-38) e Sanches (2010) destacaram que devemos, ao lidar com a categoria *guerra*, estar atentos ao fato de que a *história da guerra*, assim como a própria história, não é um fenômeno linear e universal. Ela tem uma historicidade que varia de acordo com a temporalidade e, mais ainda, possui um significado diferente nas diversas culturas humanas. Assim, torna-se inviável pensar fenômenos sociais, como a guerra, sem o estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura, por exemplo (Teixeira, 1991, p. 53-71; Wehling, 2001; Parente, 2006, Sanches, 2010).¹⁷

Mas toda a discussão em torno da constituição deste campo do saber deve se dar de forma dialogal com o universo mais amplo da disciplina história e, claro, de suas atuais preocupações. Destarte, embora com pouco mais de 30 anos de sua publicação e de seu impacto na historiografia ocidental, o texto de Stone (1979) intitulado *A volta da narrativa* ainda hoje é fundamental. O escrito foi tão impactante que, em fevereiro de 1980, recebeu comentários de Hobsbawm (1998).¹⁸ Este, por sua vez, se contrapôs a algumas ideias de Stone, particularmente

de que haveria um desinteresse nos *grandes porquês* da história, ou seja, na elaboração de sínteses explicativas.

É certo que houve um ressurgimento de temas que antes não eram tidos como capitais por parte da historiografia, que passaram a ser de interesse de pessoas não diretamente ligadas à história. Sendo assim, algumas obras que davam grande importância à narrativa foram produzidas com o intuito de satisfazer esta demanda. Contudo, a narrativa utilizada não era a tradicional.

Outra crítica apresentada por Hobsbawm é de que o universo de análise de Stone teria sido muito limitado. Na verdade, a retomada da narrativa não excluiria os *grandes porquês*. Entretanto, passariam a ter como objeto outras questões e temas. Estas mudanças se dariam pelo alargamento do campo dos historiadores, em especial, por conta da supremacia da *história social*, termo difícil de definir por sua grande elasticidade conceitual. Esta ampliação trouxe enormes problemas para a elaboração de sínteses, uma vez que, para sua formulação, aspectos dos mais diversos deveriam ser levados em consideração, passando a haver infinitas variáveis, que dificultam a tão necessária religação entre elas.

Mais ainda, os historiadores do pós-guerra, envoltos na *longa duração*, “nunca perderam o interesse nos eventos ou na cultura, nem consideravam a superestrutura como sempre e inteiramente dependente da base” (Hobsbawm, 1998, p. 204-205). Assim, os *Novos Historiadores* acabaram por se concentrar nesses elementos que eram relegados a segundo plano, mas não descartados por seus colegas. A intenção desta nova abordagem, portanto, era complementar aquele tipo de história ainda preocupada com a síntese. Contudo, no calor da discussão, Hobsbawm afirmava que estaria “ansioso para descobrir para onde estão indo os historiadores” (1998, p. 206).

Proposta diferente é apresentada por Pesavento. A autora afirmou que o historiador teria uma “nostalgia da totalidade ou dos modelos globais, que se sintetizam em um todo harmônico e compreensível, em uma explanação acabada” (Pesavento, 2005, p. 117). Porém, dada a complexidade do mundo, seria impossível a elaboração de uma *história total*, tal qual proposta por Braudel (1998). Destarte, que a historiografia trabalharia com a noção de contingência e, por isso, o historiador não seria obrigado a escrever a respeito de tudo, dada a sua impossibilidade de abranger todas as instâncias do real. O pesquisador deve ter a erudição afinada com o campo de interesse, ao qual sempre irá recorrer, mostrando

¹⁷ Entretanto, a história militar não recebe contribuições apenas da história social e, pontualmente falando, na forma como os fenômenos sociais devem ser pensados dentro das suas relações com a sociedade mais ampla. Contudo, uma questão deve ser pontuada aqui e estaria sobremaneira ligada à história das instituições, e não entraremos neste debate. Mas queremos ressaltar que Ropp (1981) afirmou que, para analisar as instituições, entre elas as militares, não se pode partir do princípio pueril e ingênuo de que seriam simples prolongamento da sociedade civil. A análise deve ser mais complexa. Para tal, o autor sugere levar em consideração alguns critérios que foram adaptados de Stanislav Andreski, como: participação militar, subordinação militar e coesão social.

¹⁸ Os comentários de Hobsbawm foram publicados pela primeira vez na revista *Past and Present* no número seguinte, em fevereiro de 1980.

que deve estar à disposição para estabelecer toda a sorte de correlações possível entre um acontecimento dado e outros, de forma a revelar os significados. [...] O estabelecimento da grelha de relações é dado pela pergunta feita, pelo universo teórico que preside a elaboração do problema e a delimitação das fontes (Pesavento, 2005, p. 118).

A ideia de Pesavento é tributária de uma das três epistemologias básicas presentes na escrita da história que foi apresentada por Cardoso (2011). No caso, a *desconstrucionista*, que, em linhas gerais, questiona as outras duas, *reconstrucionista* e *construcionista*. O *desconstrucionismo* centra sua análise no discurso, que contradiz o seu próprio conteúdo, e que não passaria de uma simples representação, uma interpretação do passado. Além do mais, nega a existência de uma unidade, inclusive do próprio indivíduo (Cardoso, 2011, p. 12-14). Nesse sentido, a autora defendeu que o máximo a que se possa chegar são as “versões possíveis para o acontecido, e certamente provisórias” (Pesavento, 2005, p. 119).

Mas, voltemos a Hobsbawm e à preocupação que lhe povoava a mente de que estaria para ver qual caminho trilhavam os historiadores. Esta expectativa nos remete à preocupação que mostramos acima. Para entender como a *Nova História Militar* está sendo elaborada, há de se inseri-la nas discussões contemporâneas da disciplina História, o que pode acalmar a inquietação do referido autor. Logo, o recente balanço historiográfico apresentado por Vainfas, como o próprio título do texto nos faz crer – *Avanços em xeque, retornos úteis* – pode nos ser proveitoso (Vainfas, 2011, p. 319-335).

Vainfas segue o pressuposto levantado por Cardoso na introdução da coletânea, cujo texto lhe coube fechar. Aquele autor ratificou que hoje a história é produzida de forma híbrida, tendo “um pé em cada mundo”, ou seja, em cada um daqueles três tipos epistemológicos básicos que Cardoso apresentou em sua introdução.

Repensando a famosa crítica dos paradigmas explicativos, Vainfas mostrou como foi importante para que se pudessem refinar os seus “métodos e problemas de investigação”, de forma totalmente diferente do que era feito cerca de 30 ou 40 anos atrás (Vainfas, 2011, p. 330). Para tal, a aproximação com a antropologia, em especial para o nosso campo, na leitura sociocultural e na leitura das batalhas em seus aspectos culturais, foi deveras importante. Igualmente, não houve o desaparecimento da *história-problema*, assim como de algumas características do *historicismo* e até do *positivismo*, sobretudo relacionados à questão de se produzir um discurso do passado que contemple a possibilidade de reconstruí-lo e de prová-lo, apesar das críticas oriundas da pós-modernidade, como a

de Pesavento (2005). Tais propostas foram apresentadas da seguinte forma:

[...] a metodologia de pesquisa rigorosa e crítica das fontes em busca das idéias e fatos que caracterizam, exprimem e revelam as sociedades no tempo; a busca de causalidades históricas na própria história [...] a partir de evidências factuais; e a concepção do conhecimento histórico como produto do sujeito individual – o historiador – em contato com os documentos (Vainfas, 2011, p. 332).

Em suma, os acontecimentos, o uso das fontes e a reconstrução do passado voltam a lume com grande força. Porém, não somos ingênuos de pensar que uma determinada produção histórica, feita através das propostas apresentadas por Vainfas, não possa ser refutada posteriormente. Afinal, todos sabemos que: *toda história é história contemporânea*. Entretanto, os níveis de conclusão a que chegam este tipo de história se pretendem mais sólidos do que os apresentados pelo *desconstrutivismo*, que em oposição são mais efêmeros, voláteis, porosos, plásticos e maleáveis, dada a sua natureza e sua concepção teórica.

Hoje, vejo que a elaboração de uma *história total*, focada na história social, construída nos moldes do que foi exposto por Vainfas, não pode abrir mão da religação dos elementos militares ao quadro geral, como proposto pela *Nova História Militar*. Como tantos outros campos, este nasceu do desdobramento da história social e precisa ser religado a ela. Assim, os diversos campos serão fundamentais na escrita de uma história total (síntese) muito mais refinada.

Não acredito que a *Nova História Militar* deva se isolar da produção empreendida pelos historiadores e instituições militares, que já deixou de ser feita sob os moldes daquele mesmo viés *tradicional*. Penso que os historiadores civis e militares, como propôs Parente (2006), devem intensificar o tímido diálogo existente entre ambos.

O momento histórico a que passamos facilita o diálogo, contribuindo assim para acabar com preconceitos existentes nos dois lados. Os militares cada vez mais abandonam a ideia de que constituem um grupo à parte da sociedade, como ocorreu no século XIX, buscando uma aproximação. Os civis já não os veem como inimigos da democracia.

Não obstante a delimitação da *Nova História Militar* já foi apresentada por Sanches (2010), Soares e Vainfas (2011), temos que acrescentar que a história produzida pelos historiadores e instituições militares podem trazer elementos importantes oriundos da especificidade castrense, como: técnicas de guerra, armamentos e a própria instituição militar, mostrando como estes podem

direcionar algumas atitudes, em especial no campo da política. Mas, mais importante, podem informar os dados cronológicos, sempre tão viscerais para qualquer tipo de história, mas que, por vezes, eram colocados em segundo plano. Resgatar esses fatos, esses eventos, é fundamental, já que a construção do campo pode ser feita com a utilização de elementos de outros campos, e este parece ter sido o caso, como já vimos, em especial no que diz respeito ao uso da Antropologia.

No que diz respeito à história produzida por historiadores e instituições militares, podemos afirmar que hoje ela não possui aquele viés *tradicional*. A história, inclusive a *Nova História Militar*, pode enriquecer este campo por meio de contribuições à construção/reconstrução, quando se julgar necessário, do discurso empreendido por eles, a saber: (a) no uso de ferramentas metodológicas que os ajudem a ter um melhor domínio sobre as fontes que utilizarão, tornando mais científicas suas pesquisas e; (b) por meio da ligação com a sociedade mais ampla, buscando um equilíbrio entre a estrutura e o indivíduo. Este campo da história não é menor que a *Nova História Militar* e os outros, apenas diferente. Insere-se no campo da *cultura histórica* como outras áreas de conhecimento histórico. Por isso, algumas preocupações são quase que *exclusivas*, como afirmou Francisco C.T. da Silva. O campo possui um olhar mais preocupado em estudar a guerra ou, ao menos, as circunstâncias que apontem para a sua preparação ou iminência.¹⁹

Mas vale ressaltar que em hipótese nenhuma acredito que se deva negar a importância da cultura para as análises. Isso permite fazer o que de mais belo e basilar existe em uma análise histórica, que é a contextualização. É o viés cultural que permitirá compreender por que, apesar da derrota de Saddam Hussein, frente aos ocidentais, na Guerra do Golfo (1991), o mesmo afirmava que não havia sido derrotado no espírito. Destarte, é possível entender que cada uma destas culturas, que naquele momento entravam em conflito, a ocidental e a muçulmana²⁰, possuem um processo histórico que as fez e faz únicas (Keegan, 2006, p. 9-10, 76).

Referências

- BARROS, J. 2011. *Teoria da história*. Petrópolis, Ed. Vozes, vol. 1, 319 p.
 BLOCH, M. 2002. *Apologia da história*. Rio de Janeiro, Zahar, 159 p.
 BRAUDEL, F. 1998. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 3 vols.
 BURKE, P. 1991. *A Escola dos Annales*. São Paulo, Unesp, 172 p.
 BURKE, P. 2002. *História e teoria social*. São Paulo, Unesp, 275 p.

- CARDOSO, C. 2011. História e conhecimento. In: C. CARDOSO; R. VAINFAS, *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus, p. 1-18.
 CARDOSO, C.; VAINFAS, R. 1997. *Domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus, 510 p.
 CARDOSO, C.; VAINFAS, R. 2011. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus, 335 p.
 CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. 2004. *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro, FGV, p. 11-42.
 CERTEAU, M. 2008. *A escrita da história*. São Paulo, Forense Universitária, 345 p.
 CHAUNU, P. 1980. *Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Difel, 342 p.
 CORVISIER, A. 1973. Aspects divers de l'histoire militaire. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, XX:1-9.
 CORVISIER, A. 1999. *A guerra*. Rio de Janeiro, Bibliex, 370 p.
 DOSSE, F. 2007. *História do estruturalismo*. São Paulo, EDUSC, 2 vols.
 ELIAS, N. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 201 p.
 ELLIOTT, J. 2010. Una Europa de monarquías compuestas. In: J. ELLIOTT, *España, Europa y el mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madrid, Taurus, p. 65-91.
 GOUBERT, P. 1968. *Cent Mille Provinciaux au XVII^e Siècle*. Paris, Flammarion, 433 p.
 HESPANHA, A. 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 540 p.
 HOBSBAWM, E. 1998. A volta da narrativa. In: E. HOBSBAWM, *Sobre história*. São Paulo, Cia. das Letras, p. 201-206.
 KEEGAN, J. 2006. *História da guerra*. São Paulo, Cia. das Letras, 543 p.
 LIMA, H. 2006. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 528 p.
 LÓPEZ, A. 1992. La historia militar: entre la renovación y la tradición. *Manuscrits*, 11:215-242.
 LUVAAS, J. 1981. História militar. In: R. WEIGLEY (org.), *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro, Bibliex, p. 37-55.
 MANCUSO, A. 2008. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural. *Revista História em Reflexão*, 2(4):1-22.
 PARENTE, P. 2006. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, 66(93):37-45.
 PARET, P. 1993. The history of war and the new military history. In: P. PARET, *Understanding war: essays on Clausewitz and the history of military power*. Princeton, Princeton University Press p. 209-226.
 PESAVENTO, S. 2005. *História & história cultural*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 130 p.
 ROPP, T. 1981. As Forças Armadas e a sociedade – algumas hipóteses. In: R. WEIGLEY (org.), *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro, Bibliex, p. 63-95.
 SAHLINS, M. 2006. *História e cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 329 p.
 SANCHES, M. 2010. A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. *Revista Brasileira de História Militar*, 1(1):1-13.
 SERRA, E. (dir.). 1991. *La revolució Catalana de 1640*. Barcelona, Ed. Crítica.

¹⁹ Conferência “A guerra e a formação dos Estados nacionais contemporâneos” apresentada no I Ciclo de Estudos e Pesquisas em História Militar do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), no dia 05/09/2011.

²⁰ Se é possível falar em *uma* cultura ocidental e em *uma* cultura muçulmana.

- SIMMEL, G. 2006. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 118 p.
- SIMMEL, G. 2011. *Ensaios sobre teoria da história*. Rio de Janeiro, Contraponto, 107 p.
- SOARES, L.; VAINFAS, R. 2011. Nova História Militar. In: C. CARDOSO; R. VAINFAS, *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus, p. 113-132.
- STONE, L. 1979. The revival of narrative: reflections on a new old history. *Past and Present*, 85:3-24.
<http://dx.doi.org/10.1093/past/85.1.3>
- TEIXEIRA, N. 1991. A história militar e a historiografia contemporânea. *Revista A Nação e a Defesa*, XVI(59):53-71.
- VAINFAS, R. 2011 Avanços em xeque, retornos úteis. In: C. CARDOSO; R. VAINFAS, *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Campus, p. 319-335.
- WEHLING, A. 2001. A pesquisa da História Militar Brasileira. *Revista Da Cultura*, 1(1):35-38.
- WEIGLEY, R. (org.). 1981. *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro, Bibliex, 224 p.

Submetido: 02/06/2012

Aceito: 03/09/2012